

Designar a servidora CLAUDIA ALVES SIQUEIRA, Analista Processual, matrícula nº 1055-3, para exercer a Função de Confiança de Assistente Nível I, da Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/1º Ofício, código FC-1 (70187), em vaga de 1º provimento, criada pela Lei nº 12.321/2010.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 900, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar a servidora NEIDE OFUGI HARA, matrícula 873-7, Analista de Sistemas e Métodos do quadro do Ministério da Educação, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Gestão de Informações Institucionais da Secretaria de Planejamento, código CC-02.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIAS DE 3 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, designado pela Portaria nº 122/PGJ, de 7/2/2012, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 6/9/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/9/2010, resolve:

Nº 912 - Designar a servidora MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, matrícula 2459-7, Agente Administrativo do quadro do Ministério da Saúde, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Cíveis, Família, Orfãos e Sucessões da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, código FC-02, dispensando, em consequência, a servidora ISABEL DOLABELA DE LIMA LOPES, matrícula 3891-1.

Nº 914 - Designar a servidora CARLA FROES DUTRA DA SILVA, matrícula 3390-1, Técnico Administrativo da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Cíveis, Família, Orfãos e Sucessões da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, código FC-03, dispensando, em consequência, a servidora MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, matrícula 2459-7.

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

EDITAL Nº 14, DE 6 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, na Presidência do Colégio de Procuradores do Trabalho, tendo em vista o disposto no artigo 94, III, da Lei Complementar nº 75/93, e os termos da Resolução nº 78, de 13.11.2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, CONVOCA os membros da Instituição para as inscrições de candidatas a vaga do quinto constitucional reservada ao Ministério Público do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas/SP. A eleição, por meio do Sistema Eletrônico de Votação, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, será realizada conforme estabelecer a Comissão Eleitoral e Apuradora, observando a competência e os procedimentos fixados na referida Resolução.

A Comissão Eleitoral e Apuradora fica assim constituída:

Doutora Eliane Araque dos Santos, Subprocuradora-Geral do Trabalho em exercício, Presidente

Doutora Adriane Reis de Araújo, Procuradora Regional do Trabalho, Membro

Doutor Maurício Correia de Mello, Procurador Regional do Trabalho, Membro

Doutor Antonio Luiz Teixeira Mendes, Subprocurador-Geral do Trabalho em exercício, Membro Suplente

Fica, ainda, designada a servidora do Departamento de Tecnologia da Informação, Ana Patrícia de Araújo Cavalcanti, para auxiliar os trabalhos da Comissão Eleitoral e Apuradora.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 24 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso da competência que lhe confere o Parágrafo único do artigo 15 do Regimento Interno e de acordo com o disposto no artigo 93, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, combinado com o previsto no parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 56, de 1997, resolve:

Alterar, ad referendum da Mesa Diretora, a natureza da cessão do servidor CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO, ponto nº 6.823, Analista Legislativo - atribuição Engenheiro, em atividade na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), o

qual passa a perceber, a contar de 1º de julho de 2012, a remuneração do seu cargo efetivo nesta Casa, acrescida do percentual legal relativo ao cargo em comissão de Diretor de Engenharia e Meio Ambiente ocupado naquela Companhia, mediante ressarcimento ao órgão de origem da remuneração e encargos sociais, observado o limite de remuneração estabelecido no Governo do Distrito Federal (GDF). Processo nº 119.713/2012.

MARCO MAIA

SENADO FEDERAL DIRETORIA-GERAL

ATOS DE 3 DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, resolve:

Nº 2.528 - Declarar vago, a partir de 25 de julho de 2012, o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Tecnologia da Informação, Especialidade Informática Legislativa, Nível III, padrão 44, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado por CRISTIANE YURIKO MIKI, matrícula nº 106103, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, conforme a competência estabelecida no art. 2º, parte III, do Regulamento Administrativo, e tendo vista o que consta no Processo SF nº 020053/12-6, resolve:

Nº 2.529 - Aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor GOULART COSTA MARQUES, Analista Legislativo/Orçamento Público, Nível III, Padrão S 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 283, DE 6 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990 e considerando o que consta do processo nº 349.885/2012, resolve:

Declarar vago, a partir de 31 de julho de 2012, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por SANDRO TEODORO DA SILVA, em razão de sua posse em outro cargo público inacumulável.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 433, DE 2 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria-TSE nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 16.219/2012, resolve:

Declarar vago, a partir de 31 de julho de 2012, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por RUIDHER FERREIRA CORRÊA, em decorrência de posse em outro cargo público, inacumulável.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

PORTARIA Nº 438, DE 6 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no exercício da competência que lhe foi atribuída pela Portaria TSE nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta no Procedimento Administrativo nº 15.291/2012, resolve:

CONCEDER aposentadoria a MATILDE NUNES DE OLIVEIRA CAMPOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 6 de julho de 2005, combinado com o artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, com os artigos 67, observado o artigo 15 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, 186, inciso III, alínea "a" e 193 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 2º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, observado o § 2º do artigo 18 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, nos termos da Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, e dos artigos 12, 13 e 15, inciso III da Lei nº 11.416, de 2006.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 397, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no art. 105, § 1º, do Regulamento da Secretaria do Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar, nos termos do art. 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de função comissionada, do Gabinete do Ministro Jorge Mussi:

ADRIENE DE CASTRO LOPES, matrícula S042727, Assistente IV, código FC-4;

STAEIL SILVEIRA ALVES, matrícula S020456, Assistente II, código FC-2.

Art. 2º Designar para função comissionada do Gabinete do Ministro Jorge Mussi:

LÍDIA JONAS PÉRES DE SOUZA, matrícula S046838, Assistente IV, código FC-4, em vaga decorrente da dispensa de Adriene de Castro Lopes;

ADRIENE DE CASTRO LOPES, matrícula S042727, Assistente II, código FC-2, em vaga decorrente da dispensa de Stael Silveira Alves.

SILVIO FERREIRA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIAS DE 3 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo n. CF-PES-2012/00403, resolve:

Nº 214 - REVOGAR, a partir de 25 de julho de 2012, a Portaria n. 91, de 15 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 subsequente, Seção 2, pág. 44, que trata da prorrogação da cessão do servidor VALMIR OLIVEIRA ROSA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, matrícula 83, do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

CONCEDER ao servidor o período de trânsito de 30 (trinta) dias para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, contado a partir da data da revogação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo n. CF-PES-2012/00137, bem como o disposto na Resolução n. 43, de 19 de dezembro de 2008, resolve:

Nº 225 - HOMOLOGAR as avaliações concernentes ao estágio probatório do servidor RENATO SOLIMAR ALVES, declarando-o efetivo no cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, a partir de 05 de julho de 2012.

Min. ARI PARGENDLER

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA

ATOS DE 2 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando os termos do Processo TST nº 502.247/2012-7, e o constante do memorando nº 59, de 2/8/2012, da Coordenadoria de Material e Logística, resolve:

Nº 452 - 1 - Declarar vaga, a partir de 25 de julho de 2012, a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Material e Logística, anteriormente ocupada pelo servidor JOSÉ JUAREZ DE SOUSA, código 8537, Técnico Judiciário, Área Administrativa, tendo em vista a publicação de sua aposentadoria.

2 - Designar o servidor ROBSON MOURA DA FONSECA, código 50951, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Material e Logística, em vaga anteriormente ocupada pelo servidor José Juarez de Sousa.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 41, de 1º/8/2012, do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Dora Maria da Costa, resolve:

Nº 453 - Dispensar o servidor PAULO RICARDO BRAGA VILARTON ALMEIDA, código 49048, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Dora Maria da Costa, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2012.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO